

## Documento de Área

---

### DIREITO

**Coordenador da Área:** Gustavo Ferreira Santos (UNICAP)  
**Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos:** Antônio Maués (UFPA)  
**Coordenador Adjunto de Programas Profissionais:** Gustavo Silveira Siqueira (UERJ)

2016

## Sumário

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA.....	2
II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017 .....	6
III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016.....	9
<b>MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO.....</b>	<b>9</b>
<b>MESTRADO PROFISSIONAL .....</b>	<b>13</b>
IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL .....	18

## DOCUMENTO DE ÁREA 2016

### I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

#### a. Fotografia da área

A área de Direito cresceu, entre 2013 e 2016, passando de oitenta e quatro programas para noventa e oito. Quanto a cursos de doutorado, passaram, no período, de trinta a trinta e quatro. A mais notável mudança foi quanto aos mestrados profissionais, já que, no início do período quadrienal, esta modalidade estava resumida a uma experiência, chegando a 2016 com quatro cursos. Os dados comparativos encontram-se na Tabela I.

Tabela 1. Número de cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu* da Área de Direito. 2013 e 2016.

ANO	CURSOS			PROGRAMAS
	MESTRADOS ACADÊMICOS	DOCTORADOS	MESTRADO PROFISSIONAL	
2013	83	30	1	84
2016	94	34	4	98

Os programas de pós-graduação da Área de Direito estão presentes em todas as regiões do país. Nas duas últimas avaliações, os documentos de área enfatizavam a má distribuição regional. O problema ainda existe e precisa ser enfrentado, apesar de ter sido amenizado pelo surgimento de novos programas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Tabela 2. Distribuição dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Área de Direito. 2016.

REGIÃO	MESTRADOS ACADÊMICOS	MESTRADOS PROFISSIONAIS	DOCTORADOS	TOTAL
NORTE	4		1	5
NORDESTE	15	1	6	22
CENTRO-OESTE	8		2	10
SUL	27	2	11	40
SUDESTE	40	1	14	55
TOTAL	94	4	34	132



Mapa 1 – Distribuição dos programas e cursos por região. 2016.

Dentre as regiões, Norte e Nordeste são as únicas que ainda contam com Estados sem qualquer programa de pós-graduação em Direito, sendo que na região Nordeste o problema concentra-se no Estado do Piauí, situação diferente da região Norte que não conta com programas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins. Nesses Estados, a demanda da região tem sido atendida, razoavelmente, por projetos Minter e Dinter.

Apesar de haver programas em todas as regiões, para além da assimetria entre regiões, ainda há certa má distribuição interna nessas regiões, com concentração de cursos em estados específicos. Na região Norte, três dos quatro programas estão em Belém, capital do Pará. No Nordeste, sete dos dezesseis programas estão nas cidades de Fortaleza e Recife, que concentram, ainda, quatro dos seis cursos de doutorado. No Centro-Oeste, cinco dos oito programas estão no Distrito Federal, que concentra os dois únicos doutorados da região. No Sul, há uma certa concentração no Estado do Rio Grande do Sul que é sede de seis dos onze cursos de doutorado da região.

Quanto à nota atribuída aos programas na avaliação (figura 1), a Área de Direito tem, ainda, uma concentração alta de programas nota 3. A Área tem cinquenta e um programas nota 3, vinte e seis programas nota 4, dez programas nota 5, oito programas nota 6 e nenhum nota 7.

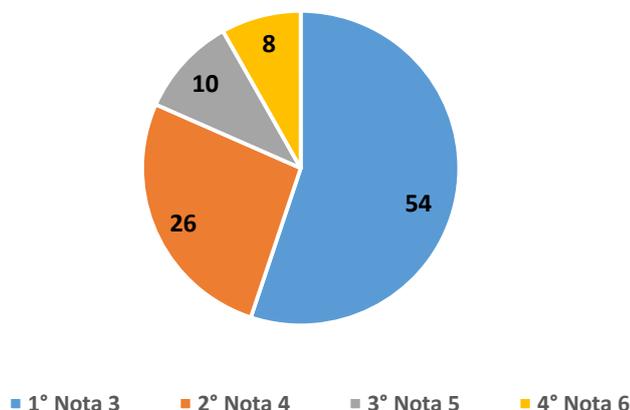


Figura 1. Distribuição dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Área de Direito.2016.

Esse excesso de programas nota 3 é explicável pelo crescimento que a área teve nos últimos dois períodos de avaliação. Na avaliação de 2010, a Área de Direito tinha sessenta e oito programas. Em 2016, já conta com noventa e oito programas. Assim, muitos dos programas com nota 3 foram criados depois de 2010. Em recente levantamento feito pela Diretoria de Avaliação, na Área de Direito quatro programas foram identificados como avaliados três vezes com nota 3.

Há certa concentração de cursos bem avaliados na região Sul, que tem metade dos cursos nota 5 e metade dos cursos com nota 6 do país.

Não é possível verificar a distribuição dos cursos entre as subáreas apenas pelos títulos das áreas de concentração e das linhas de pesquisa, em razão da existência de muitos temas transversais, que abrangem subáreas distintas, como, por exemplo, “direitos e garantias fundamentais”, “direitos e políticas públicas”, “gestão de conflitos”, “sistemas normativos e fundamentos da cidadania”. É necessário proceder a levantamentos nesse sentido, para identificar possíveis assimetrias entre as diversas subáreas que integram o campo do Direito, o que pode subsidiar a atuação da Coordenação de Área, no seu planejamento.

#### **b. Estado da Arte**

Há, atualmente, cerca de mil e duzentos cursos de graduação em Direito no país, existindo, portanto, nesse quadro, uma necessidade permanente de formação de docentes e pesquisadores.

Como a Área iniciou tardiamente a autorização de Mestrados Profissionais, há, ainda, um número pequeno de programas. No entanto, há uma enorme demanda por formação de pessoal qualificado para os diversos mercados de trabalho nos quais atuam bacharéis em Direito. Destacam-se as demandas de instituições como Judiciário, Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. Os quatro programas autorizados até 2015 atendem ainda uma parcela muito pequena dessa demanda.

#### **c. Interdisciplinaridade**

A Área é fortemente marcada pela interdisciplinaridade.

Há um diálogo muito intenso com disciplinas das Humanidades, como História, Política, Sociologia, Psicologia e Filosofia. Nos cursos de graduação em Direito, há exigência de que conteúdos dessas áreas façam parte do conteúdo programático de disciplinas. Teoria do Estado, Sociologia do Direito e Filosofia do Direito são disciplinas que constam de todos os currículos de cursos de graduação, existindo, ainda, em um grande número de cursos, as disciplinas História do Direito, Psicologia Jurídica e Antropologia Jurídica. Isso reflete-se na pós-graduação, com linhas de pesquisa e grupos de pesquisa com forte interdisciplinaridade. Importantes iniciativas associativas de pesquisadores dessas subáreas são protagonizadas por docentes da pós-graduação, como a ABRASD – Associação Brasileira de Sociologia do Direito, o Instituto Brasileiro de História do Direito e a Rede Latino-Americana de Antropologia Jurídica. Mas, registre-se, há relações com outras áreas, aparentemente mais distantes, como, por exemplo, biologia, que dialoga com estudiosos de Direito Ambiental, ou áreas tecnológicas, que dialoga com estudiosos de propriedade intelectual.

Em decorrência, não há percentuais mínimos definidos quanto à área de formação do corpo docente. Exige-se, apenas, que o Corpo Docente seja predominantemente com formação em Direito ou com formação em outras áreas com Teses enquadráveis na área do Direito, tendo os docentes com formação em outras áreas do conhecimento atuação compatível com a(s) área(s) de concentração dos programas no qual atuam.

Nos critérios para o APCN e para a avaliação dos programas, a Área demonstra a abertura para a participação, no corpo docente dos programas da Área, de titulados em outras áreas do conhecimento, sendo verificada a pertinência entre essa formação e a(s) área(s) de concentração do Programa.

Outro elemento que revela o caráter interdisciplinar do campo é o Qualis da Área que representa bem essa abertura ao diálogo com outras áreas do conhecimento, quando aceita os conceitos atribuídos aos periódicos por suas áreas avaliação de origem, incentivando a publicação nesses veículos por pesquisadores da Área de Direito.

#### **d. Inserção no ensino fundamental e médio**

Não há, na estrutura curricular do Ensino Básico, conteúdos obrigatórios que envolvam diretamente questões jurídicas. No entanto, há temáticas discutidas em programas de pós-graduação em Direito que incidem, mesmo que indiretamente, nos serviços públicos de educação e no conteúdo de disciplinas, como estudos sobre história do direito e sobre direitos humanos.

A Área tem muito a contribuir com o desenvolvimento do Ensino Básico. Em especial, destacamos dois aspectos: a) a discussão sobre direito à educação e sua concretização; b) a formação para a cidadania.

No primeiro aspecto, diversos elementos do funcionamento de serviços públicos de educação dependem de decisões jurídicas. A área pode contribuir com um debate denso sobre a estrutura normativa do sistema e sobre a juridicidade de instrumentos essenciais para a concretização do direito à educação.

Sobre a formação para a cidadania, é evidente que na formação escolar há um déficit de informações sobre direitos e sobre o funcionamento das instituições. Os cursos de Direito

precisam de uma maior aproximação com as escolas, levando informações e provocando discussões, municiando o cidadão em formação para o exercício consciente da cidadania. A extensão é o instrumento mais eficiente para isso. A participação de docentes de programas de pós-graduação em projetos de extensão com essa finalidade pode indicar um maior impacto social desses programas.

## II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

### a. Descrição e orientações sobre a avaliação

Como se vê no acompanhamento das mudanças pelas quais a área passou ao longo dos últimos anos, a serem avaliados em 2017, há, sem dúvida, uma óbvia necessidade de aprimoramento dos critérios de avaliação. Tanto do ponto de vista do crescimento do número de programas quanto do perfil da produção destes, trata-se de avaliar uma área que ganhou em maturidade e, conseqüentemente, enfrentará o desafio de inserir mais claramente elementos qualitativos nos seus critérios.

#### **Proposta do Programa**

O conjunto de disciplinas deve ter consistência apta a cobrir tematicamente as linhas e áreas, evitando-se disciplinas meramente informativas, características de cursos de especialização ou de graduação. A bibliografia e a ementa das disciplinas precisam demonstrar claramente a sua atualidade e adequada inserção no campo de conhecimento no qual atua o Programa.

As linhas de pesquisa constituem a restrição temática, o recorte específico da área de concentração representado pela capacidade docente instalada no Programa. A atividade de pesquisa representa a concretização desse recorte, devendo, portanto, cobrir de maneira coerente as dimensões fundamentais da área de concentração. Por isso mesmo, a atividade de pesquisa deve estar inserida de forma coerente nas linhas de pesquisa e na(s) área(s) de concentração e ser distribuída de forma coerente por essas áreas e linhas.

A(s) área(s) de concentração deve(m) ter abrangência temática, cobrindo o conteúdo das linhas de pesquisa. Uma área de concentração com duas ou três linhas que com ela não guardam ligação representa uma inconsistência. Da mesma maneira, linhas de pesquisa sem um mínimo de organicidade entre si apontam para falta de coerência do Programa.

As linhas de pesquisa representam agregações da capacidade de pesquisa instalada no programa. Devem, por isso, ser em quantidade compatível com o número de docentes envolvidos. Considera-se que, em princípio, cada linha de pesquisa deve contar com, no mínimo, 3 (três) docentes permanentes. Exceções, quando couberem, precisam ser justificadas.

Os projetos que concretizam as linhas de pesquisa devem ser coordenados por docentes permanentes e preferencialmente agregar docentes e discentes de modo a evidenciar a sua natureza coletiva. O projeto de pesquisa deve ser formulado de maneira a que se possa compreender claramente o objeto da investigação, qual a posição da pesquisa no estado do conhecimento sobre o objeto, quais os meios, recursos e propósitos do projeto, bem como quais os resultados pretendidos e mostrar-se adequado a explicitar as linhas de pesquisa e a área de concentração do programa. Deve haver uma proporção adequada entre o número de projetos de

pesquisa e a dimensão do corpo docente, evitando-se a concentração da coordenação dos projetos de pesquisa em alguns docentes.

O Programa deve ter um planejamento que identifique desafios, metas e estratégias. Em especial, deve o Planejamento tratar da cooperação com outros programas, da produção intelectual e da internacionalização de sua atuação.

O Programa deve contar com infraestrutura adequada, com (1) salas de aula, (2) salas para docentes, que possibilitem o desenvolvimento de pesquisa e orientação, (3) sala para discentes, (4) computadores com acesso a bases on-line de dados e (5) biblioteca com acervo de livros nacionais e estrangeiros, clássicos e contemporâneos e assinaturas de periódicos nas áreas de concentração do Programa. Deve existir, nas instalações, garantias de acessibilidade. A(s) biblioteca(s) deve(m) contar com títulos nacionais e estrangeiros da área de conhecimento específico - excluída a bibliografia elementar de cursos e/ou manuais - com bom nível de atualização e completude e, ainda, manter acesso a periódicos científicos das áreas de concentração e linhas de pesquisa.

### **Corpo Docente**

A área avaliará a existência de uma equipe consistente de docentes com vínculo e dedicação compatíveis com a condição de professor do quadro permanente, suficiente em volume e experiência para a execução das atividades fundamentais de pesquisa, orientação e ensino. Os docentes do Corpo Permanente devem ser, na sua totalidade, doutores.

O Corpo Permanente deve ser suficiente e adequado em volume e experiência. Deve ser mantido o número mínimo, no Mestrado, de 10 (dez) Doutores no Corpo Permanente. Para os cursos com Doutorado, é exigido um corpo docente mínimo de dez Docentes Permanentes em regime de tempo integral e que não atuem em outros programas de pós-graduação.

Deve ser mantido o limite de número de colaboradores indicado no documento de APCN da área, ou seja, 30% do corpo docente permanente. Professores visitantes devem ser considerados nas situações funcionais e vínculos aceitos para esta categoria nos termos da legislação vigente e a sua participação nas atividades do programa deve ser explicitada e justificada.

O conjunto dos docentes do Corpo Permanente deve estar envolvido em projetos de pesquisa, sendo verificada a distribuição dos docentes nos projetos.

O Corpo Permanente deve ser, preferencialmente, exclusivo do programa. Os docentes permanentes devem contar 40 horas de dedicação semanal à IES e pelo menos 20 horas de dedicação ao Programa. Respeitados os limites mínimos já indicados, a área aceita, no máximo, 30% (trinta por cento) de docentes permanentes em mais de um programa, vinculado à mesma ou à outra IES, desde que contem com pelo menos 10 horas semanais dedicadas ao Programa. A carga horária no programa deve ser compatível com as atividades a serem desempenhadas pelo docente, levando-se em consideração, assim, a responsabilidade por disciplina obrigatória e o seu número de créditos, o exercício de atividade administrativa, a coordenação de projetos de pesquisa, as orientações etc. A área admite que universidades públicas tenham regime de dedicação diferenciado.

Um docente não pode ser permanente em mais do que 3 (três) programas de pós-graduação, de acordo com o disposto nas normas da CAPES vigentes.

A Área admite que parte dos docentes do Corpo Permanente do programa não tenha titulação na Área do Direito, mas é necessário que esteja assegurada a existência de um núcleo docente predominante de professores com titulação nessa área ou com teses que, embora defendidas em Programas fora da área, nela tenham explícita inserção e que mesmo os docentes com titulação externa à área devem pesquisar na área de conhecimento do curso.

Admite-se que parte do corpo docente de um curso seja composta por jovens doutores (com titulação há menos de três anos). Recomenda-se, entretanto, que, nesses casos exista no programa um grupo consistente e produtivo de doutores mais experientes com capacidade de exercer liderança de pesquisa, demonstrada pela sua produção intelectual e pela experiência em orientação.

### **Corpo Discente**

Um Programa de Pós-Graduação precisa ser eficiente na formação de mestres e doutores. A avaliação deve verificar o número de titulações do Programa, tendo em vista os números de docentes e de discentes. Também deve ser verificada a distribuição das orientações entre o Corpo Docente. Um aspecto que também é analisado é a participação do Corpo Discente na produção intelectual do Programa. A avaliação verificará, ainda, a eficiência do Programa na formação de seus discentes.

### **Produção intelectual**

A produção intelectual deve ser de boa qualidade, regular e distribuir-se de forma equilibrada pela totalidade da equipe docente. A produção dos docentes, especialmente do corpo permanente, será também avaliada no tocante à sua pertinência e adequação à proposta do programa, áreas de concentração e linhas de pesquisa apresentadas.

Nas duas últimas avaliações, a produção intelectual qualificada na Área foi pontuada tendo em conta, apenas, a média do corpo docente permanente. Nesta avaliação, a área pretende, além do critério quantitativo, verificar em quais estratos essa produção qualificada está se concentrando e valorizar a publicação em estratos mais altos do Qualis Periódicos e da avaliação de livros.

### **Inserção Social**

No quesito inserção social, a Área irá verificar os impactos das atuações dos Programas na sociedade. Indaga as contribuições do Programa com a Administração pública e com a sociedade. As diversas formas de intercâmbio com outros programas e outras instituições são consideradas. A visibilidade dos programas é avaliada principalmente pelas informações disponibilizadas pelo programa na internet.

### **Mestrados profissionais**

Pela primeira vez haverá na Área a avaliação de um Mestrado Profissional com dados de um período inteiro de avaliação. Isso ocorrerá com o mais antigo curso do tipo na Área. Mesmo com dados parciais, em especial no que se refere ao Corpo Discente, ainda haverá a avaliação de dois dos programas aprovados já no atual período de avaliação. Uma atenção especial precisa ser dada a essa avaliação, pois, diante do histórico de resistência da Área a esse tipo de curso de pós-graduação *stricto sensu*, o seu resultado indicará, para as instituições, como a Área enxerga essa modalidade.

## b. Considerações e propostas advindas dos SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

No Seminário de Acompanhamento, foi possível constatar um amadurecimento dos programas da área. Foi apresentado um panorama geral da Área e aberta uma discussão sobre os mecanismos disponíveis para avaliação dos programas, em especial o Qualis e os procedimentos de avaliação de livros e eventos.

Quanto à produção intelectual, os dados apresentados foram preocupantes. Como nas duas últimas avaliações, quanto à produção intelectual qualificada, a Área fez apenas a consideração da média de pontos entre docentes permanentes, foi incentivada uma verdadeira corrida por pontos. Aplicando o critério utilizado na Trienal passada para o item 4.1. aos dados disponíveis no momento do Seminário de Acompanhamento, ou seja, dados dos anos 2013 e 2014, a pontuação necessária para obter o conceito muito bom seria mais do que o dobro pontuação utilizada para o mesmo conceito na avaliação passada.

Essa constatação justificou a alteração, para a próxima avaliação, da descrição do item 4.1., com a inclusão da valorização da publicação em estratos mais altos do qualis periódicos e da classificação de livros.

Antes da realização do seminário, a Coordenação da Área reuniu os programas nota 6 para ter um panorama de sua atuação. Pelas apresentações feitas, ficou clara a preocupação com a internacionalização e a execução de iniciativas para aprofundar e aprimorá-la nas diversas formas possíveis, como a publicação regular em bons periódicos estrangeiros, a presença constante de discentes estrangeiros nos programas, a construção de intercâmbios mais definitivos com centros de excelência mundiais.

## III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

### MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
<b>1 – Proposta do Programa</b>		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	Analisar: (1) articulação e coerência entre disciplinas, projetos de pesquisa, linhas de pesquisa e áreas de concentração; (2) consistência entre as linhas de pesquisa, que devem manter organicidade entre si e uma forte ligação com a área de concentração; (3) relevância da temática das disciplinas, dos projetos de pesquisa, das linhas de pesquisa e das áreas de concentração, evitando repetição dos tradicionais “ramos” do Direito, que desconsidera qualquer problematização ou especificação crítica e (4) atualização e

		relevância dos programas e bibliografias das disciplinas; (5) adequação dos títulos das disciplinas com suas ementas. Nos cursos com duas áreas de concentração, é imprescindível que haja pontos de contato que unam as áreas de concentração. Nos cursos com três ou mais áreas de concentração, a proximidade entre áreas de concentração não é fator determinante. Em todas as hipóteses, devem ser observados os números mínimos de docentes por área de concentração e a consistência interna de cada área de concentração.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	25%	Analisar se o programa mantém um planejamento de sua atuação, projetando perspectivas, em especial no tocante à cooperação com outros programas, à produção intelectual e à internacionalização de sua atuação.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	25%	Analisar se o programa mantém adequadamente (1) salas de aula, (2) salas para docentes, que possibilitem o desenvolvimento de pesquisa e orientação, (3) sala para discentes, (4) computadores com acesso a bases on-line de dados e (5) biblioteca com acervo de livros nacionais e estrangeiros, clássicos e contemporâneos e assinaturas de periódicos nas áreas de concentração do Programa.
<b>2 – Corpo Docente</b>	<b>20%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	25%	Analisar: (1) adequação da área de formação do corpo docente permanente à proposta do Programa; (2) tempo de titulação do corpo docente permanente, valorizando o equilíbrio entre docentes com maior e com menor tempo de titulação; (3) envolvimento do corpo docente permanente com atividades de outros programas de pós-graduação, nacionais ou estrangeiros.
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	Analisar a proporção de (1) disciplinas oferecidas pelo corpo docente permanente e (2) a proporção de docentes permanentes que oferece disciplinas, orienta e desenvolve pesquisa.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	Analisar a distribuição de atividades de ensino, orientação e pesquisa no Programa, para verificar se estão distribuídas de forma equilibrada entre os docentes e se não há dependência em relação a docentes

		colaboradores.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	15%	Analisar a proporção de docentes permanentes que oferece disciplinas na graduação, orienta iniciação científica ou orienta monografia, em cada ano do triênio, de forma coerente com a proposta do programa. Observação: O tempo de dedicação do docente ao programa não pode ser prejudicado por excesso de horas na graduação.
<b>3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações</b>	<b>30%</b>	
3.1. Quantidade de <b>teses e dissertações defendidas</b> no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30%	Analisar o percentual de titulações de mestrado/doutorado durante o quadriênio em relação (i) ao corpo docente permanente e (ii) à dimensão do corpo discente.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	Análise quantitativa da média de orientações de mestrandos/doutorandos por docente permanente no quadriênio, para verificar possíveis concentrações.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	30%	Verificar quanto a proporção da produção intelectual discente representou no cômputo da produção intelectual total do programa.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	20%	Verificar o tempo de formação no Programa de Pós-Graduação.
<b>4 – Produção Intelectual</b>	<b>40%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	Calcular o número médio de publicações qualificadas dos programas por docente permanente, valorizando-se, na estratificação, a publicação em estratos mais elevados do qualis e/ou das avaliações de livros.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	35%	Avaliar a distribuição das publicações qualificadas do Programa, verificando-se, entre os docentes permanentes, o percentual de docentes com produção qualificada e proporção de docentes com publicações nos estratos mais elevados.
4.3. Produção técnica, patentes e outras	25%	Avaliar (1) a participação de docentes em seminários, conferências, cursos de curta

produções consideradas relevantes.		<p>duração e palestras realizadas fora do Programa e no exterior; (2) a produção de parecer em conselho editorial; (3) a participação em bancas de mestrado e doutorado externas ao Programa; (4) publicação de resenha de livro, parecer jurídico, prefácio de livro, comentário de jurisprudência, tradução, revisão técnica de tradução, atualização de livro e artigo publicado em periódico de divulgação, desde que vinculados à linha de pesquisa, área de concentração e projetos de pesquisa do docente.</p> <p>Devem ser considerados apenas os eventos com relevância científica e com entrega de certificado. A Comissão de Área reserva-se o direito de exigir a comprovação da atividade. Não devem ser computados os eventos realizados exclusivamente no âmbito do próprio Programa.</p>
<b>5 – Inserção Social</b>	<b>10%</b>	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40%	<p>Verificar a atuação do Programa de Pós-Graduação quanto à: (1) formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil capazes de aprimorar a gestão pública e reduzir a dívida social; (2) produção de obras relevantes, de circulação nacional e/ou internacional; (3) realização de atividades de extensão, voltadas à concretização de interesses públicos ou sociais.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40%	<p>Verificar se o Programa de Pós-Graduação mantém intensa integração e cooperação com outros programas ou com outras instituições de pesquisa, com, pelo menos, cinco dentre as seguintes atividades: (1) projetos aprovados em grandes programas internacionais, que possibilitem a mobilidade docente e/ou estudantil; (2) projetos de cooperação entre os programas, financiados por organismos oficiais; (3) projetos desenvolvidos em parceria com instituições públicas ou com organismos privados; (4) realização de eventos em conjunto (simpósios, congressos, oficinas, etc.); (5) publicações conjuntas; (6) desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos; (7) realização de cursos em parceria; (8) co-orientação de teses e dissertações; (9) mestrado ou doutorado interinstitucional.</p>
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.	20%	<p>Verificar se o Programa de Pós-Graduação mantém página atualizada na WEB, que contenha de forma clara, pelo menos, cinco</p>

		<p>dentre os seguintes elementos: (1) apresentação do programa, com seus objetivos, histórico, projetos de pesquisa, linhas de pesquisa e áreas de concentração; (2) informações sobre o corpo docente, com links para os respectivos currículos Lattes e para homepages dos docentes que as mantenham; (3) grade curricular, com o programa e a bibliografia das disciplinas oferecidas, com links para textos, quando estão disponibilizados na Web; (4) notícias sobre atividades (colóquios, seminários, conferências etc.) das quais participaram docentes do programa, sobre atividades em andamento no Programa e sobre atividades previstas; (5) informações sobre os processos seletivos dos cursos de pós-graduação do Programa; (6) dissertações e teses defendidas no Programa.</p>
--	--	---

### MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<b>1 – Proposta do Programa</b>		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	25%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a	25%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas

solução de problemas e práticas de forma inovadora.		quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
<b>2 – Corpo Docente</b>	<b>20%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação.</li> <li>- Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&amp;I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</li> </ul>
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</li> <li>- Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.</li> <li>- Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando que o Mestrado Profissional deverá comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial.</li> </ul>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.</li> </ul>
<b>3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão</b>	<b>25%</b>	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período.</li> <li>- Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de docentes do programa.</li> </ul>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e	40%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica.</li> </ul>

egressos.		- Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	30%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
<b>4 – Produção Intelectual</b>	<b>35%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	25%	- Examinar o número total de publicações do programa no triênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	35%	- Examinar o número total da produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras:  - Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros).  Artigos publicados em periódicos técnicos.  Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais.  Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor.  Elaboração de protocolos, normas ou programas.  Consultoria ou assessoria técnica.  Produtos técnicos.  Protótipos.  Patentes.  Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da Área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
<b>5 – Inserção Social</b>	<b>20%</b>	
5.1. Impacto do Programa.	35%	- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos

	<p>objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p><b>a) Impacto social:</b> formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p><b>b) Impacto educacional:</b> contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p><b>c) Impacto tecnológico:</b> contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p><b>d) Impacto econômico:</b> contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p><b>e) Impacto sanitário:</b> contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde.</p> <p><b>f) Impacto cultural:</b> contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p>
--	--

		<p><b>g) Impacto profissional:</b> contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p><b>h) Impacto legal:</b> contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p> <p><b>i) Outros impactos</b> considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinamismos, e que não foram contempladas na lista acima.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	25%	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região;  a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;  a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das	20%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática

atividades e da atuação do Programa.	<p>do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º da Portaria CAPES nº 13/2006).</p>
--------------------------------------	---

#### **IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL**

##### **a. Descrição do grau de internacionalização da área**

O Direito, assim como outras áreas de conhecimento, teve a sua trajetória de internacionalização marcada pela especificidade de uma produção científica e de um diálogo acadêmico pautados por questões internas. Assim, a tradição da área sempre foi a de enviar docentes para períodos de estudo no exterior, mais recentemente enviar discentes para tal finalidade, receber docentes estrangeiros regularmente, mas publicar pouco e efetivamente participar pouco do cenário internacional da produção científica de destaque. Essencialmente preocupada com a inserção de suas publicações científicas no ambiente interno, pouco se produzia em língua estrangeira e poucos docentes lecionavam regularmente no exterior.

Esse cenário certamente foi alterado nos últimos anos e será objeto de avaliação em 2017. Já é possível notar nos dados relativos ao Qualis um número grande de periódicos estrangeiros.

Um número muito expressivo de programas de pós-graduação, e não apenas os já consolidados, apostaram muita energia em realizar acordos efetivos de cooperação acadêmica com centros de excelência no exterior, transformando iniciativas pontuais em intercâmbios de docentes e discentes, agora marcados pelo exercício regular da docência pelos professores

brasileiros, pela publicação de trabalhos conjuntos ou em veículos estrangeiros, pela cotutela e dupla titulação de discentes.

Observa-se, ademais, na maioria dos programas com nota 5 e 6, esforços constantes para atrair estudantes estrangeiros de modo não esporádico, possibilitando também uma forma de intercâmbio que não era usual ao Direito.

A produção científica, por outro lado, também sofreu uma significativa modificação, com docentes e discentes submetendo trabalhos para publicação em bons periódicos científicos no exterior com regularidade, assim como participando dos melhores eventos científicos internacionais em número cada vez mais expressivo.

Essas formas mais intensas de internacionalização foram possibilitadas também pelos recursos financeiros disponíveis para o doutorado-sanduíche, a participação de eventos no exterior e os estágios pós-doutorais. O cenário atual, com a redução dos valores disponíveis para tais iniciativas certamente acarretará em alguma dificuldade em se manter o volume e a intensidade dos intercâmbios internacionais.

A internacionalização ocorrida na área nos últimos triênios também significou uma mudança de perfil quanto aos aspectos geográficos de destinação, com um considerável incremento de iniciativas com os países do Mercosul e da África, além da já tradicional relação mantida com os países europeus e com os Estados Unidos. À propósito de temas comuns e preocupações compartilhadas, como as transformações constitucionais em países latino-americanos, interessantes redes de pesquisa, que já se traduzem em docência e pesquisa compartilhadas, tem se mostrado bastante presente nas iniciativas da área.

A presença dos programas de pós-graduação brasileiros da área em iniciativas de cooperação inicial com a África, sobretudo aquela de língua portuguesa, também foi intensificada nos últimos anos, com o apoio da CAPES e só não avançou mais por conta de dificuldades operacionais em estabelecer as condições de realização de programas de Dinter e Minter em países como Angola e Moçambique.

Pode-se dizer, portanto, que ao lado do crescimento quantitativo da área, com um maior número de programas e conseqüentemente de docentes e discentes, houve também um crescimento significativo no que tange à internacionalização, com um amadurecimento das atividades de pesquisa e de cooperação acadêmica.

Alguns programas têm envidado esforços para oferecer inclusive ensino de pós-graduação, regularmente, em língua estrangeira, possibilitando, assim, uma maior atração de docentes e discentes estrangeiros e a consolidação da circulação internacional do conhecimento da área.

**b. No contexto da internacionalização, considerações a respeito dos critérios da área para atribuição de notas 6 e 7**

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota final 5 e conceito “muito bom” em todos os quesitos da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, às seguintes condições:

- i) Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- ii) Nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área.
- iii) Solidariedade (apoio aos programas nota 3,0 da área)
- iv) Nucleação (inserção dos egressos)

Para a nota 6, exige-se o predomínio de conceitos “muito bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “bom” em alguns itens. Para a nota 7, exige-se conceito “muito bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação.

Assim, os programas classificados com as notas 6 e 7 são aqueles que revelam inserção internacional e que possuem um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área.

Essas características são avaliadas com base em três conjuntos de critérios: 1) nucleação e solidariedade, 2) liderança e 3) inserção internacional.

#### **1) Nucleação e solidariedade:**

- a) desenvolvimento de atividades destinadas a contribuir para a redução das assimetrias regionais, especialmente por meio da oferta de DINTER e MINTER em áreas prioritárias;
- b) participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes;
- c) participação em projetos destinados a contribuir com o desenvolvimento da pós-graduação em regiões menos aquinhoadas.

#### **2) Liderança:**

- a) desempenho diferenciados no que diz respeito à produção científica, em especial com publicações em periódicos Qualis A e B1 em todos os anos do quadriênio, produção essa que deve estar bem distribuída entre o corpo docente;
- b) posição consolidada na formação de doutores e participação ativa de seus egressos em atividades de docência;
- c) desenvolvimento de projetos conjuntos com instituições nacionais e/ou internacionais;
- d) participação ativa do corpo docente em entidades científicas nacionais, em conselhos editoriais de periódicos Qualis A e B1 e em eventos importantes para a área.

#### **3) Inserção internacional:**

- a) existência de vínculos de colaboração consolidados com instituições estrangeiras de alto padrão de excelência, envolvendo a maior parte do corpo docente;
- b) desenvolvimento de projetos de pesquisa entre pesquisadores de instituições estrangeiras e docentes do programa;
- c) manutenção de acordos de cooperação com instituições estrangeiras financiados por agências de fomento;

- d) participação do corpo docente em eventos internacionais importantes para a área, em conselhos editoriais de periódicos internacionais Qualis A e na diretoria de entidades científicas internacionais;
- e) publicação em periódicos internacionais classificados no Qualis da Área como A ou B1;
- f) participação constante de estudantes estrangeiros em seu corpo discente;
- g) intercâmbio de discentes do programa com universidades estrangeiras por meio de bolsas de doutorado-sanduíche;
- h) promoção de eventos científicos internacionais.

Para obter a nota 6, o programa deve atender 70% dos critérios acima indicados. Para obter a nota 7, o programa deve atender 90% dos critérios acima indicados e contar com vários projetos ativos de cooperação internacional financiados por agências de fomento.